



COREIA DO SUL

Parlamento aprova destituição de Yoon

Na segunda tentativa de impeachment, 204 deputados votam a favor do afastamento do presidente, que decretou lei marcial no início do mês. Corte Constitucional tem 180 dias para validar ou não a decisão

Fotos: AFP



Reunidos em frente à Assembleia Nacional, em Seul, manifestantes comemoram o impedimento do presidente: primeiro-ministro acumulará o cargo até decisão do Judiciário

Em meio a uma crise política sem precedentes e a manifestações massivas, o Parlamento sul-coreano destituiu o presidente Yoon Suk Yeol pela tentativa fracassada de estabelecer a lei marcial em 3 de dezembro. Do total de 300 integrantes da Assembleia Nacional, 204 votaram a favor do afastamento de Yoon por insurreição, e 85 contra. Houve três abstenções e oito votos nulos na moção de censura bem sucedida, depois de uma primeira apresentada pela oposição em 7 de dezembro, sem sucesso.

O presidente está suspenso, aguardando que a Corte Constitucional valide ou não sua demissão. O tribunal tem 180 dias para decidir: "Sinto-me profundamente frustrado... mas agora devo afastar-me por um tempo", disse Yoon. Em discurso transmitido pela televisão, ele apelou ao fim da "política, dos excessos e do confronto".

Em 3 de dezembro, o líder conservador pegou o país de surpresa ao decretar lei marcial pela primeira vez em mais de quatro décadas. A decisão mergulhou a Coreia do Sul em uma crise e colocou em xeque o futuro do presidente. No dia seguinte, Yoon retrocedeu, após enfrentar rejeição do Parlamento e de milhares de manifestantes que tomaram as ruas.

"Forças comunistas"

A justificativa de Yoon — que não convenceu nem o Partido do Poder Popular, do qual o presidente afastado faz parte — apresentou diversas razões para justificar a lei marcial. "Para salvaguardar uma Coreia do Sul liberal das ameaças apresentadas pelas forças comunistas da Coreia do Norte e eliminar os elementos anties-tatais que roubam a liberdade e a felicidade do povo, declaro a lei marcial de emergência", disse ele, em discurso televisionado, sem dar detalhes sobre supostas ameaças vinda de Pyongyang.

Embora tenha sido de curta duração, a imposição da lei marcial levou ao desdobramento de

tropas militares, à proibição de todas as atividades políticas e colocou os meios de comunicação sob controle governamental. No dia 7, o Parlamento salvou Yoon do impeachment.

Ontem, enquanto os parlamentares apreciavam a nova moção de censura, pelo menos 200 mil manifestantes se reuniram em frente ao prédio, à espera do resultado e explodiram de alegria ao ouvi-lo. "Não é surpreendente que nós, o povo, tenhamos conseguido isso juntos", disse à agência de notícias France Presse (AFP) Choi Jung-ha, 52 anos, que, apesar do frio congelante, começou a dançar na rua quando ouviu a decisão do Parlamento. "Tenho 100% de certeza de que a Corte Constitucional apoiará a destituição", acrescentou.

Democracia

Park Chan-dae, líder do principal partido da oposição, o Democrata, afirmou que "a destituição de hoje é uma grande vitória para o povo e para a democracia". Em uma visita à Jordânia, o chefe da diplomacia norte-americana, Antony Blinken, declarou que a destituição mostra a "resiliência democrática" da Coreia do Sul. "Apoiamos firmemente o povo coreano. Apoiamos firmemente a sólida aliança entre Estados Unidos e Coreia do Sul", assinalou.

Com baixos níveis de popularidade, Yoon Suk Yeol, 63 anos, está em uma disputa com a oposição pelo orçamento. Ele acusou seus adversários políticos de se comportarem como "forças contrárias ao Estado" e declarou que

"a nossa Assembleia Nacional se tornou um refúgio de criminosos, uma fortaleza para uma ditadura legislativa que busca paralisar o sistema judiciário e administrativo e derrubar a ordem democrática liberal".

O primeiro-ministro Han Duck-soo assumiu o cargo de presidente interino do país e prometeu exercer uma "governança estável". Ontem, na primeira reunião depois do impeachment, ele pediu vigilância contra a Coreia do Norte. "Peço aos soldados que estabeleçam uma postura de defesa conjunta em estreita cooperação entre os Estados Unidos e a Coreia do Sul, no sentido de reforçarem a sua vigilância e postura de alerta contra as provocações da Coreia do Norte", assinalou.



Sinto-me profundamente frustrado... mas agora devo afastar-me por um tempo"

Yoon Suk Yeol, presidente destituído

Paulo Delgado



contato@paulodelgado.com.br

UNIÃO EUROPEIA ENROLA MERCOSUL

"Deixemos tudo ao tempo, que descubra os disfarces que a hipocrisia encobre."
(Shakespeare, Rei Lear)

Ainda que a desigualdade de renda dentro dos países seja uma preocupante característica da forma como funcionam a maioria deles, ela não é maior do que a desigualdade de renda entre os próprios países. Essa desigualdade de renda entre países ricos e países ainda em desenvolvimento, em um mundo globalizado, demonstra os impactos assimétricos da forma como funciona o mundo. Nossas interconexões são regidas por padrões

e regras que beneficiam mais a uns do que a outros.

O mundo só passou a contar com uma configuração majoritária de países livres após a Segunda Guerra Mundial. É pouco tempo. E, nesse tempo, pesou bastante a forma como diferentes acordos comerciais entre os países dava margem ou não para a acumulação e consequente crescimento econômico em determinados lugares. Ainda que a teoria neoclássica projete que o comércio internacional seja uma forma de promoção da convergência de renda entre os países, as evidências são abundantes de que a liberalização do comércio internacional pode ser também uma forma de

perpetuação das desigualdades entre os países.

Se o incremento da relação comercial entre as partes irá perpetuar desigualdades ou fomentar a convergência, isso tende a depender bastante da boa vontade ou não da parte mais forte e mais rica. O fato é que, por diversas razões — entre elas, a sombra da competição soviética por mentes e corações —, os EUA foram uma potência hegemônica benigna para diversos países após 1945. Os EUA permitiram e ajudaram Europa, Japão e, mais tarde, Taiwan, Cingapura, Coreia do Sul e os petroestados árabes a prosperar, muitas vezes, às custas de ganhos que os estadunidenses poderiam ter concentrado em si mesmos, caso assim decidissem.

Os EUA fomentaram de forma ativa — ao direcionar dinheiro, receber produtos e transferir tecnologia — e passiva — por exemplo, ao fingir não ver as constantes violações comerciais

perpetradas pelos países citados acima — a convergência de diversos países em direção aos patamares experimentados na fronteira do desenvolvimento econômico onde os EUA se situava e ainda se situa.

O mesmo tratamento benigno foi, aliás, dispensado à China entre os governos Nixon e George W. Bush. De Obama para cá, os EUA vêm tentando corrigir o curso com relação ao gigante asiático, desde que se deram conta de que não só não existe mais a sombra da competição soviética por mentes e corações exigindo que eles exercitem sua benignidade, mas que também o desenvolvimento da própria China saiu do controle e que Pequim passaria a ser justamente o novo polo de poder e abundância a rivalizar com Washington.

A ascensão de Trump à frente de seu movimento Maga é justamente uma reação a essa noção de que os EUA têm de ser uma potência hegemônica benigna.

Querem tentar ser simplesmente hegemônicos. É uma tentativa fadada ao fracasso, mas, num mundo de países adultos, cada um tem o direito de tentar o que quiser.

Por razões que não cabe discutir aqui, o fato é que a tal boa-vontade de uma potência hegemônica benigna é um tratamento que nunca foi dispensado à América Latina. E é nesse contexto de retração acelerada da benignidade comercial estadunidense que a União Europeia, finalmente, após cerca de 25 anos cozinhando o gallo, resolveu concordar com a conclusão, positiva muito mais para ela, das negociações do acordo de parceria com o Mercosul.

Ainda que o acordo, se vier a ser ratificado pelas partes — o que pode levar anos para ocorrer —, traga ganhos para nossas relações, ele não é tão benigno assim da parte da União Europeia. Não é, porque não oferece uma margem mais confortável para a acumulação e, consequente,

crescimento econômico nos países menos desenvolvidos dentre as partes do acordo, que são justamente os países do Mercosul. Muito pelo contrário, o que tivemos nos últimos 25 anos foi uma Europa dura, querendo resguardar seus ganhos econômicos em cada cláusula contratual.

Por mais que esse seja o mundo real com que temos de lidar, o fato é que é sempre mais difícil se desenvolver quando entrelaçados em relações em que a parte mais forte e mais rica não se vê no dever de agir de forma benigna a fim de promover convergência de renda. E ainda que o acordo tire bem mais do que entregue ao Mercosul, temos de lidar com a pirraça dos privilegiados franceses, que não conseguem costurar internamente a noção de que existe um mundo de desejos e necessidades para além do seu umbigo. (Continua em 29 dezembro)

PAULO DELGADO, sociólogo.